



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Curso de Mestrado em Direito e prática jurídica
Especialidade de Direito administrativo e Administração pública

Unidade curricular

Direito do procedimento administrativo – TURMA B (TNB)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Ana Gouveia e Freitas Martins/ 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objetivo da disciplina consiste em proporcionar aos alunos um conhecimento vasto e sólido do regime do procedimento administrativo, mas devidamente articulado com o regime substantivo do regulamento e acto administrativo, e, ainda que em termos sucintos, dos contratos da administração. O enfoque é colocado na análise da disciplina legal do Código do Procedimento administrativo de 2015, de modo a que possam estar aptos a lidar com as principais questões jurídicas suscitadas e as construções dogmáticas mais recentes, fornecendo-lhes um quadro teórico de referência com uma forte componente prática

Conteúdos programáticos

I. Enquadramento geral

1. Noção e funções do procedimento administrativo. Concepções e natureza jurídica do procedimento administrativo
2. O procedimento administrativo como Direito constitucional concretizado e como postulado do *Global Administrative law*
3. Âmbito objetivo e subjetivo de aplicação do Código.

II. Os princípios gerais da actividade administrativa

1. A relevância particular dos princípios no Direito administrativo.
2. Em especial, o âmbito, sentido e alcance do princípio da boa administração e do princípio da razoabilidade.

III. Regime comum do procedimento administrativo

1. Delimitação do âmbito aplicativo
2. Os sujeitos da relação procedimental
3. Delegação de competências e responsável pelo procedimento
4. O regime das notificações
5. Princípio do inquisitório e regime de prova
6. Participação no procedimento e consulta pública/audiência dos interessados
7. Acordos endoprocedimentais
8. As conferências procedimentais
9. Auxílio administrativo *versus* emissão de pareceres

IV. Regime específico do procedimento do regulamento e regime substantivo

1. Conceito de regulamento
2. A competência regulamentar
3. Formalidades e forma dos regulamentos
4. Validade e eficácia dos regulamentos: regime de vícios e desvalores
5. Caducidade e revogação dos regulamentos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

V. Regime específico do procedimento do acto administrativo e regime substantivo

1. Concepções amplas e restritivas de acto administrativo. Delimitação de figuras afins (v.g., comunicação prévia, actos tácitos, actuações informais)
2. Procedimento declarativo
3. Procedimento das garantias administrativas
4. Procedimento de execução do acto administrativo
5. Os desvalores jurídicos da ilegalidade do acto:
 - a) A nulidade do acto administrativo
 - b) A anulabilidade do acto administrativo
 - c) Inexistência do acto
 - d) Mera irregularidade
 - e) Ineficácia
6. A sanação, ratificação e conversão do acto inválido
7. A revogação e modificação dos actos administrativos

VI. O regime substantivo dos contratos da administração

1. Contrato administrativo/contrato público/contratos da administração
2. Regime procedimental
3. Regime substantivo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As temáticas integrantes do conteúdo programático são adequadas à prossecução dos objetivos subjacentes à presente unidade curricular ao disponibilizarem e fomentarem a divulgação e aprofundamento das questões e temáticas mais recentes do regime do procedimento administrativo e do regime substantivo das principais formas de actuação da administração pública

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão teórico-práticas, implicando por isso, a par de uma exposição teórica inicial feita pela regente, a participação informada e construtiva dos alunos. Para o efeito, serão disponibilizados os elementos bibliográficos e jurisprudenciais necessários ao acompanhamento da matéria para cada aula de modo a promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados. Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, elaborando sobre os mesmos trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo que serão posteriormente apresentados nas aulas e que poderão servir de base para a ulterior elaboração do relatório escrito.. Serão ainda realizados debates nas aulas sobre os temas mais controversos e sensíveis relativos às matérias constantes do programa

. A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Apresentação oral de temas do programa e intervenção nas aulas e em debates (25%);
- Relatório escrito (25%);
- Exame escrito (50%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino, baseadas na exposição, aprofundamento e debate de temas visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática e são aptas a lançar pistas de investigação para os alunos desenvolverem, preparando-os para a feitura da tese de mestrado

- a) A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público;
- b) A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

c) Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar a dissertação de mestrado.

Bibliografia principal

Bibliografia sobre o CPA de 2015

AA. VV. (F. DE QUADROS, M.^a GLÓRIA GARCIA, R. MACHETE, J.C. VIEIRA DE ANDRADE, M. AROSO DE ALMEIDA, SÉRVULO CORREIA, J. M. SARDINHA, A. POLÍBIO HENRIQUES), *Comentários à Revisão do CPA*, Almedina, 2016.

AA. VV. (Coord. C. AMADO GOMES / A. NEVES / T. SERRÃO), *Comentários ao CPA*, AAFDL, I e II volume, 5^a edição, 2020.

AA. VV. , “*O Novo Código do Procedimento Administrativo*” in http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_cpa.php (O CEJ mantém atualizado um acervo de informação sobre legislação, processo legislativo, doutrina e videografações de colóquios, seminários e ações de formação relativas ao CPA de 2015)

AMARAL, DIOGO FREITAS DO, *Curso de Direito Administrativo*, II, 4^a ed., Almedina, reimpressão de 2021

AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO, *Teoria Geral do Direito Administrativo: Temas Nucleares*, 9.^a ed., Almedina, 2022.

OTERO, PAULO, *Direito do Procedimento Administrativo*, I, Almedina, 2016.

PINHEIRO, ALEXANDRE SOUSA / TIAGO SERRÃO / MARCO CALDEIRA / JOSÉ DUARTE COIMBRA *Questões fundamentais para a aplicação do CPA*, Almedina, 2016.

MONCADA, Luís S. Cabral de, *Código do Procedimento Administrativo Anotado*, 4^a edição, Quid Juris, 2022.

Bibliografia sobre o CPA de 1991

SOUSA, MARCELO REBELO DE / ANDRÉ SALGADO DE MATOS, *Direito Administrativo Geral*, Tomo I, 3.^a ed., Lisboa, 2008 e *Direito Administrativo Geral*, Tomo III, 2.^a ed. Lisboa, 2006

OLIVEIRA, M. ESTEVES DE, J. PACHECO AMORIM, P. COSTA GONÇALVES, *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.^a ed., 8.^a reimp., Coimbra, 2010

SABINO CASSESE / VEITH MEHDE / CAROL HARLOW / PASCALE GONOD / VASCO PEREIRA DA SILVA / STEFFANO BATTINI / GERDY JURGENS / DAVID DUARTE, «Functions and Purposes of the Administrative Procedure: New Problems and New Solutions» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

Bibliografia específica

será referida a propósito de cada tema

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.